

Mundo



EM UM MÊS DE MANDATO

Milei já começa a demitir ministro

Titular da Infraestrutura seria o responsável por vazamento de vazamento de Gabinete



Embarco judicial. A presidente da Corte Internacional de Justiça, Joan Donoghue (centro), em Haia, lê a decisão provisória do tribunal, que pode levar anos para chegar a veredicto final sobre questão

PRESSÃO SOBRE ISRAEL

Corte da ONU pede medidas contra genocídio em Gaza, mas não cessar-fogo

JORNALISMO INVESTIGATIVO

A Corte Internacional de Justiça (CIJ), principal órgão judicial da ONU, declarou ontem que a operação militar de Israel contra Gaza representa um risco plausível de danos irreversíveis e imediatos à população palestina local, determinando que o Estado judeu tome todas as medidas em seu poder para evitar violações da Convenção das Nações Unidas sobre Genocídio, de 1948, e permita a entrada de ajuda humanitária no território.

A determinação não é um reconhecimento da prática de crime de genocídio por Israel — o que poderia ou não ser determinado apenas ao fim do julgamento do mérito do processo, que pode levar anos — e não atende à principal medida cautelar solicitada pela África do Sul, que pediu o fim da operação militar contra Gaza. Apesar disso, as medidas provisórias, que incluem o pedido para que Israel informe a Corte em 30 dias sobre seus esforços para cumprir as determinações, pareceram uma reprimenda para os israelenses e uma vitória moral para os palestinos.

— O Estado de Israel deve, em acordo com suas obrigações sob a Convenção sobre a Prevenção e Punição do Cri-

me de Genocídio, em relação aos palestinos em Gaza, tomar todas as medidas em seu poder para prevenir o cometimento de todos os atos descritos no Artigo 2º da convenção — declarou a presidente da corte, a americana Joan Donoghue.

O artigo mencionado pela jurista na decisão define genocídio como os seguintes atos, desde que cometidos com a intenção de destruir "no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso": a) matar membros do grupo; b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; d) adoção de medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.

LIBERTAÇÃO DE REFUGIADOS

A corte também disse que está "gravemente preocupada" com o bem-estar de mais de 200 pessoas feitas reféns pelo Hamas nos ataques de 7 de outubro de 2023, que deixaram 1.2 mil mortos, e pediu sua imediata libertação. A retaliação de Israel em Gaza já deixou mais de 26 mil mortos, segundo o Ministério da Saúde do

enclave, que é controlado pelo Hamas desde 2007.

Todas as medidas cautelares determinadas pela corte foram alcançadas por ampla maioria entre os juizes (por 16 votos a favor e 1 contra ou 15 a favor e 2 contra). Para muitos israelenses, o fato de um Estado fundado após um genocídio ser acusado de outro é um "bata-símulo", disse ao New York Times Alan Pinkas, um comentarista político israelense e ex-embaixador.

“É uma séria transformação na forma de percepção e tratamento de Israel globalmente: está prestando contas pela primeira vez”

Hanan Ashrawi, ativista e ex-autoridade palestina

“A acusação de genocídio levantada contra Israel não é apenas falsa, é escandalosa”

Benjamin Netanyahu, premier israelense

— Só o fato de sermos mencionados na mesma frase em que o conceito de genocídio é citado, não mesmo atrocidade, força desproporcional, crime de guerra, mas genocídio, é extremamente desconfortável — disse Pinkas.

Para muitos palestinos, apesar de a intervenção da CIJ trazer pouco alívio prático, há um sentimento de validação à sua causa, sobretudo considerando-se que, sob sua perspectiva, Israel raramente é obrigado a prestar contas de suas ações.

— A matança e a destruição continuam — disse Hanan Ashrawi, conhecida ativista e ex-autoridade palestina. — [Mas a decisão reflete] uma séria transformação na forma de percepção e tratamento de Israel globalmente: está prestando contas pela primeira vez e perante a mais alta corte e por decisão quase unânime.

Contudo, para muitos israelenses, o comando impõe a Israel um padrão mais alto do que à maioria dos outros países, com as determinações da CIJ parecendo exemplo mais recente de preconceito contra o país em um fórum internacional. O premier Benjamin Netanyahu reagiu tachando de “escandaloso” o caso movido pela África do Sul. “A acusação de genocídio levantada contra Israel não é apenas falsa, é es-

calandosa, e pessoas decentes em todo o mundo deveriam rejeitá-la”, disse em um vídeo. A liderança do Hamas classificou a decisão como “importante” e disse contribuir para “isolar Israel e expor seus crimes em Gaza”. A Autoridade Nacional Palestina afirmou que a decisão da CIJ mostra que “nenhum Estado está acima da lei”. Os Estados Unidos, por sua vez, reiteraram sua posição de que as alegações de genocídio são “infundadas”.

ÁFRICA DO SUL COMEMORA
A África do Sul saudou as medidas ordenadas pela CIJ chamando-as de “uma vitória decisiva para o Estado de Direito internacional e um marco significativo na busca de justiça para o povo palestino”.

“A África do Sul continuará agir no âmbito das instituições de governança global para proteger os direitos, incluindo o direito fundamental à vida, dos palestinos em Gaza — que continuam em risco urgente, incluindo devido ao ataque militar israelense, à fome e às doenças — e para obter a aplicação justa e igualitária do direito internacional a todos”, disse o país em comunicado.

A acusação de genocídio contra Israel foi apresentada pela África do Sul no ano passado e começou a ser avaliada

pelo tribunal internacional há duas semanas. Pretória acusa o Estado judeu de violações à Convenção sobre Genocídio na operação militar em Gaza. Israel já classificou o caso publicamente como difamação, e líderes políticos, como Netanyahu, posaram em dúvida o cumprimento de uma eventual decisão desfavorável.

— Ninguém vai nos parar, nem Haia [sede da CIJ], nem o Eixo de Mal [de grupos e países aliados no Oriente Médio] nem ninguém — afirmou o premier israelense em 14 de janeiro, dois dias depois de a defesa do país apresentar seus argumentos na CIJ.

A equipe jurídica sul-africana apresentou a denúncia em Haia em 11 de janeiro. O crime da acusação foi tentar provar que o governo israelense teria demonstrado “intenção genocida” na operação em Gaza. Para isso, os juristas apresentaram imagens da destruição e do impacto civil provocado pelas forças de Israel, além de declarações públicas de autoridades do país que, sob a tese sul-africana, comprovam que houve uma tentativa de desumanizar o povo palestino e de sinalizar sua eliminação.

VISÃO “DISTORCIDA”

Pretória solicitou, entre outras medidas, a suspensão de operações militares “em” e “contra” Gaza, a normalização do acesso a alimentos, água, infraestrutura e saúde e que Israel tome “todas as medidas razoáveis a seu alcance” para prevenir um genocídio.

Israel rebateu as acusações negando que houve tentativa deliberada de destruição do povo palestino, apresentando a tese jurídica de que os impactos provocados por uma ação militar a civis, ainda que severos, não é o mesmo que genocídio.

Além disso, a equipe israelense também exibiu imagens da violência cometida pelo Hamas nos ataques de 7 de outubro a Israel e acusou a equipe sul-africana de apresentar uma visão “totalmente distorcida” e manipuladora sobre os fatos ocorridos na região.

Segundo Sylvia Steiner, ex-jurista do Tribunal Penal Internacional, também em Haia, para determinar a responsabilidade em um caso de genocídio, a intenção de dizimar um grupo precisa ser evidente.

— Determinar a responsabilidade do Estado, como a África do Sul está fazendo, é mais fácil pelo número de provas que podem ser coletadas — explicou Steiner ao GLOBO.

A ação sul-africana recebeu apoio internacional, incluindo do governo brasileiro. Em 11 de janeiro, o Itamaraty divulgou nota de apoio, “aluzdas flagrantes violações ao direito internacional humanitário” e pedindo um cessar-fogo imediato. Ontem, o governo brasileiro defendeu a importância “de pleno e imediato cumprimento” da decisão da corte. (Com Emmanuelle Bordalo)

Agência demite funcionários suspeitos de conluio com Hamas

➤ A Agência da ONU para os Refugiados Palestinos (UNRWA) anunciou ontem que demitiu “vários funcionários acusados por Israel de estarem envolvidos na incursão mortal lançada em 7 de outubro por comandos terroristas no sul do país. Devido às alegações, os EUA suspenderam o financiamento à UNRWA.

➤ O secretário-geral da ONU, António Guterres, disse estar “horrorizado com a notícia” e afirmou que pediu ao chefe da agência, Philippe Lazzerini, que investigasse o assun-

to “rapidamente”, segundo a BBC.

➤ Guterres disse ainda que qualquer funcionário da UNRWA “que demonstrar ter participado ou agido como cúmplice” do ataque “seja demitido imediatamente e encaminhado para um potencial processo criminal”.

➤ Em um comunicado, a União Europeia (UE), que também foi citada pela rede britânica, disse

estar “extremamente preocupada” com as denúncias e que tomara novas medidas “com base no resultado da investigação completa e abrangente”.

➤ Já o Departamento de Estado americano disse estar “extremamente preocupado” com as suspeitas em relação à agência e “suspendeu temporariamente o financiamento adicional (...) enquanto examina estas acusa-

ções e as medidas que as Nações Unidas estão tomando para enfrentá-las”.

➤ O chefe da diplomacia americana, Antony Blinken, conversou na quinta-feira com Guterres, “para destacar a necessidade de uma investigação completa e rápida sobre este assunto”, diz o comunicado, insistindo em que quem “participou dos ataques atrozes” deve ser responsabilizado.